

AS CAVALHADAS DE PIRENÓPOLIS:
UM ESTUDO SOBRE SOCIEDADE, FESTAS
E ESPAÇO URBANO (1940-1988)*

*Mônica Martins da Silva***

Resumo

As cavalhadas de Pirenópolis, um ritual eqüestre que atualmente ocorre todos os anos por ocasião dos festejos do Divino Espírito Santo, têm uma história que se relaciona diretamente com as diversas transformações urbanas ocorridas na cidade a partir dos anos 40 do século XX. Todo o processo, marcado por conflitos sociais em torno da delimitação de espaços físicos e políticos, imprimiu nela características que a transformaram em uma das principais manifestações culturais do local.

Palavras-chaves: Cavalhadas; Pirenópolis; Igreja; espaço urbano; turismo e patrimônio.

A cavalhada é um teatro eqüestre que representa batalhas campais entre os mouros e os cristãos na Idade Média, apresentada como um desfile a cavalo, corrida de cavaleiros, jogos de canas, jogos de argolinhas ou de manilha. As suas origens estão ligadas à Península Ibérica, onde floresceram e se solidificaram como uma representação

* Este artigo é parte da Dissertação de Mestrado: A Festa do Divino: Romanização, Patrimônio & Tradição em Pirenópolis. (1890-1988) defendida no programa de Mestrado em História das Sociedades Agrárias da UFG sob a orientação da Profª Drª Dulce Amarante O Santos e apoio da CAPES.

** Mestre em História pela UFG.

das lutas travadas entre os dois grupos citados durante o período em que os mouros ocuparam a península.

Elas surgiram inicialmente como um ritual de representação religiosa em forma de diversões públicas, às quais compareciam todas as classes sociais convivendo com suas distintas manifestações culturais, intercambiando elementos e informações. Com o passar do tempo, a reunião desse conjunto de práticas originou várias correntes de expressão popular, dentre elas a épica, o teatro, as procissões e as danças que se difundiram por toda a Europa. (PRIORE, 1994)

A partir das grandes navegações, com a conquista de novas regiões, o teatro eqüestre dos mouros e cristãos penetrou ostensivamente em toda a América conquistada. Embora tenha adquirido características próprias em cada região onde se adaptou, continuou a fazer parte do contexto das diversões públicas, mantendo estreita relação com os jogos cavaleirescos, torneios, *alcanzias* e danças, preservando na sua estrutura, a fantasia, os aspectos dramáticos e o exibicionismo, característicos das manifestações desde a Idade Média (BAKHTIN, 1996) e, do período moderno (BURKE, 1989).

As Cavalhadas chegaram ao Brasil já no início da colonização e em pouco tempo adquiriram especificidades nas suas formas de representação, assim como todas as outras manifestações culturais européias que se adaptaram ao “Novo Mundo”. Nas festas coloniais os rituais eqüestres eram um complemento dos folguedos comemorativos que, embora do gosto do povo, tinha origem nobre. Os mais conhecidos eram as encamisadas e cavalarias. O primeiro repetia uma espécie de tática de guerra, já as cavalhadas ou cavalaria eram reminiscências das justas e torneios de nobres cavaleiros, à que vieram somar-se à celebração dramatizada das lutas entre cristãos e mouros, como embaixadas, desafios, raptos de princesa, constituindo exercícios de destreza militar na forma de jogos, divertimentos e entretenimentos de fidalgos até o século XVIII (PRIORE, 1994, p.55).

Inicialmente, no Brasil, é bem provável que as cavalhadas fossem *exibidas* principalmente em ocasiões solenes em que se comemorasse algum festejo real, casamentos de princesas, bodas de prata de autoridades, depois, possivelmente tenham caído no gosto popular e passado a dinamizar algumas festas populares, como a do Divino Espírito Santo, nas quais fundiam-se com a religiosidade católica popular. (PEREIRA, 1983, p.36)

O final do período colonial, no início do século XIX, foi um momento particular para as festas populares, entre elas a cavalcada, pois, com a vinda da família real para o Brasil, elas se intensificaram em forma de cerimônias públicas, pelos motivos mais variados, como o Natal, os feitos históricos, as festas religiosas oficiais, “mas em todos se montava a mesma maquinaria do espetáculo, que transformava realidade em representação.” As festas eram espaços privilegiados para a construção de uma representação da monarquia e se transformavam em instrumentos estratégicos na afirmação quase diária da realeza. Essa representação não era uma invenção local, pois tanto os portugueses como os africanos tinham o costume de participar de cortejos reais e procissões em que coroavam seus reis simbólicos. (SCHWARCZ, 1998, p.253)

As primeiras notícias sobre a Cavalcada no Brasil são fornecidas pelo Pe. Fernão Cardim, que assistiu jogo de canas, patos e argolinhas em Pernambuco já em 1584. Apresenta-nos também notícias de cavalcada na Bahia em 1609, em regozijo à chegada do governador D. Diogo de Menezes. Outras referências são dadas às cavalcadas realizadas em 1641, pela aclamação de D. João VI em Pernambuco e no Rio de Janeiro. (PEREIRA, 1983)

Alguns registros importantes sobre as Cavalcadas brasileiras são apresentados também nos diferentes relatos de viajantes como Jean Baptiste Debret, que noticiou as multidões de hábeis cavaleiros no interior de Minas, São Paulo, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, (DEBRET, 1972) assim como Spix e Martius que também assistiram no início do século XIX o que chamaram de alardos festivos, descritos como combates violentos entre dois grupos, fantasiados de mouros e cavaleiros cristãos ao som de “música de pancadaria”.(SPIX & MARTIUS, 1969). Em Goiás, alguns dos poucos registros são apontados também por viajantes como o austríaco Pohl, quem relatou apresentação da cavalcada no arraial de Santa Cruz no início do século XIX (PHOL, 1975) e Saint-Hilaire, que também noticiou apresentações em outros arraiais como Santa Luzia. (SAINT-HILAIRE, 1975)

Em inúmeras cidades brasileiras onde a sociabilidade esteve relacionada com as festas religiosas, as Cavalcadas juntamente com as festas de padroeiros constituíram momentos de reafirmação da fé católica e da (re) dinamização da rotina diária das pessoas que nas festas se deslocavam de outras cidades ou de núcleos rurais para efetivarem encontros, estabelecerem relações afetivas, comerciais e solidárias.

Pirenópolis é uma das cidades goianas onde as cavalhadas adquiriram um sentido específico. Esta cidade surgiu no século XVIII durante o processo de ocupação do território goiano pelos descobertos auríferos na região. Inicialmente se chamou Meia Ponte e até meados do século XIX foi um dos principais núcleos urbanos da província. A partir do final deste século, em questão, quando passou a se chamar Pirenópolis, ela perdeu boa parte da relevância econômica e social dos anos anteriores, em função de uma série de redefinições políticas regionais. No entanto, internamente, esta sociedade viveu uma intensa dinamização urbana principalmente a partir da segunda metade do século XX. A partir daí as Cavalhadas desta cidade adquiriram um sentido bastante particular, pois se relacionaram em grande medida com os conflitos por espaços físicos e políticos numa época que em Pirenópolis se (re) definia uma identidade urbana.

De acordo com a memória local, sistematizada em grande medida pelo jornalista e memorialista Jarbas Jayme, as cavalhadas existem em Pirenópolis desde 1826, quando aconteceram pela primeira vez por iniciativa de Pe. Amâncio da Luz, Imperador do Divino daquele ano Assim como em outras cidades brasileiras, faziam parte de um calendário de atrações existentes nas festas religiosas como a do Divino Espírito Santo, uma das mais concorridas no local.

A segunda cavalhada do século XIX, segundo Jarbas Jayme foi realizada somente em 1833, por iniciativa do padre José Joaquim Pereira da Veiga, Imperador do Divino daquele ano A terceira cavalhada foi promovida em 1850, no ano imperial do Capitão José Gomes de Siqueira. No ano seguinte, o Imperador Justino Cândido Batista promoveu a quarta cavalhada, e com intervalos bem longos essa representação foi acontecendo durante todo o período em questão, alternando-se com diversos eventos como peças de teatro, óperas, Batalhão de Carlos Magno ou danças dramáticas, mas não ultrapassando a quinze apresentações durante todo o século XIX. (JAIME, 1971)

O século XIX tem marcas muito positivas na memória histórica de Pirenópolis. Isto se deve em grande parte à imensa importância dessa cidade na província. Até a primeira metade do século XIX, Meia Ponte era o segundo maior núcleo urbano de Goiás. Possuía diversos prédios públicos e eclesiásticos, biblioteca, casa de câmara e cadeia, inúmeras casas e uma vida urbana com uma dinâmica própria, que tinha as festas

cívicas e religiosas como a maior expressão de sua sociabilidade, nas quais reuniam-se as diversas famílias locais e a população em geral. Na economia, o comércio foi a principal atividade econômica local, combinada com a pecuária e a agricultura do algodão, da cana-de-açúcar e do fumo, além da região ter sido entreposto comercial inter e intra-provincial nessa época e cuja trajetória vem contrapor às representações de decadência construídas para Goiás no século XIX. Essa dinâmica urbana experimentada por Meia-Ponte, nesse período, foi em grande medida influenciada por Joaquim Alves de Oliveira, comerciante, escravocrata e fazendeiro que muito auxiliou a inserção local e regional no contexto nacional. Tomou várias iniciativas como a compra de uma tipografia, que imprimiu o primeiro jornal goiano chamado Matutina-Meiapontense, além da coordenação da guarda nacional local, da instituição de uma biblioteca pública provincial, de uma banda de música, entre muitas outras iniciativas.

As cavalhadas de Pirenópolis têm sua história elaborada tendo como referência este contexto a partir do qual se gestaram também muitos conceitos sobre festa do Divino com os de Imperadores ricos, abastados e promotores de fartura. Contudo, até o início do século XX as Cavalhadas de Pirenópolis eram atrações esporádicas que dependiam da vontade e investimento de políticos, fazendeiros locais e festeiros para acontecerem. Algumas versões locais afirmam que não existia um grupo sólido de cavaleiros, o que dificultava a apresentação das cavalhadas anualmente. Outros afirmam que a realização do evento dependia da vontade do Imperador do Divino para acontecer, visto que era na Festa do Divino Espírito Santo que os cavaleiros se apresentavam, como acredita o senhor João José:

“Cavalhada em Pirenópolis era uma coisa muito boa. Toda a festa tinha, mas acontece que foi ficando tudo muito ruim, Pirenópolis ficou parado muitos anos. E acabou. Ninguém mais conhecia cavalhada não. Ninguém. A última que teve foi.. um imperador chamado Gastão Jaime de Siqueira... Quando foi em 34 o Lulu de Pina, Luis d’ Abadia de Pina queria levar a cavalhada . Aí apareceu os cavaleiro “véio”, Antônio José da Veiga, Antônio Jaime e outros, né, aí, ninguém sabia nada nem como é que começava, parava nem nada... (Entrevista com João José, 91 anos, aposentado, realizada em Pirenópolis em junho de 1998.)

O Senhor João José é um dos pioneiros da cavalhada de Pirenópolis do século XX. Pelo seu depoimento, é possível perceber que, no ano em que participou pela primeira vez, houve a iniciativa de realizá-la por parte do Imperador citado: Lulu de Pina. Neste período, o Imperador parecia ter bastante influência neste evento, assim como tinha na festa do Divino Espírito Santo pelo fato de na maioria das vezes serem os mais abastados que ocupavam essa função. Para o depoente, a cavalhada precisou ser totalmente recriada, a partir dos anos 30, pois há muitos anos ela não acontecia, e nem todos se lembravam de como era:

“Aí, ninguém.. como é que começa essa carreira? Não sei. Como é que começa aquela outra? Não sei. Alguém tinha anotado as carreira, as saída, mas também era só. Aí fomo ensaiar, nós ensaiamo em três campo. Era eu, Ataliba de Aquino, Júlio César de Aquino, pai dele, Manoel Inácio de Sá, genro de seu Júlio...Era ensaiando, pelejando com aquilo, chamava o Otacílio; Ah Não sei mais. Chamava outro, ninguém sabia mais não. Então fomo parpando, pegava caroço de mio, colocava em cima duma mesa então fazia a carreira com o caroço de mio, um ia pra lá, outro ia pra cá. Até que nós conseguimos a saída.” (Entrevista, citada, com João José)

O senhor “Lalau” relatou sua participação a primeira vez em 1940, quando este evento ainda era atrás da igreja, no largo da Matriz e diz ter participado por muito tempo:

“Não foi só cavalhada aqui em Pirenópolis não, inclusive, em Goiânia, em Brasília, foram 24. Eu era primeiro Cavaleiro de fila. Era 5º cristão... Depois, eu fui correr como rei. Acho que foi 8 ou 10 cavalhadas que eu corri como rei...Meu pai correu também..ele deixou de correr, minha mãe guardava a vestimenta dele – até quando eu comecei a correr, usei alguma coisa que ele já tinha usado (já velho, não é? Mas estava guardado).” (Entrevista com o Sr. Venceslau (Lalau), 81 anos, aposentado, realizada em Pirenópolis em maio de 1999)

Sebastião Dias Goulão, contemporâneo de Sr. Lalau nos conta como foi a sua experiência de correr cavalhada nos anos 40:

“Naquele tempo eu era novo. Os companheiro tudo resolveu correr, também entrei no meio. Morava em fazenda, então, vimo pará aqui, achei bom,. Mas, naquele tempo, a cavalhada, o ensaio não era aqui não. O ensaio era aqui no taquaral. Nós levantava de madrugada para ensaiar... Não tinha gente como ensaia hoje não. Agora, eu corri no campo ali da matriz. Corri em 40 e 41, e depois corri de novo, não recordo mais. Corri quatro vezes. ...Hoje começa Domingo, Segunda e Terça. Naquele tempo começava Segunda, Terça e terminava Quarta.” (Entrevista com o Sebastião Dias Goulão, aposentado, 77 anos em 22 de maio de 1999.)

O Sr Joãozico Lopes também relatou a sua participação na cavalhada, iniciada nos anos 50:

“a primeira cavalhada que eu corri foi em 53. Corri de 53 até 78. Depois eu passei só a organizar. Cavaleiro Depois corri como Embaixador e, agora, acompanhando a vida ai até...Está com...é quarenta, e cinco anos (Entrevista realizada com o Joãozico Lopes, aposentado, em Pirenópolis em maio de 1998.)

Nesses depoimentos não está claro o período em que a cavalhada passa a ser recorrente, sendo que alguns apontam os anos 30 e outros os anos 40. De fato, a partir desses anos a cavalhada será gradativamente estruturada e recriada. Esse processo irá culminar nos anos 50 e 60, período que coincide com importantes alterações no espaço urbano local e com o fim da política de romanização da Igreja Católica na cidade. Durante o período em que essa política foi dominante no local muitas manifestações do catolicismo popular sofreram interferência direta de párocos locais por serem consideradas momentos de “excessos” em beber, comer e festejar, em detrimento dos aspectos religiosos ligados à ortodoxia litúrgica.¹

A cavalhada de Pirenópolis, mesmo não sendo freqüente, já nos anos 40 se tornava um ícone externo da festa do Divino e da própria cidade de Pirenópolis. Afirmamos isso baseando-nos em um acontecimento: em 1942, ocasião em que foi realizado o batismo cultural da nova capital do Estado, Goiânia, a Cavalhada de Pirenópolis se apresentou na ocasião do evento como parte da programação da

cerimônia. No Livro de Tombo da Igreja Matriz de Pirenópolis está registrada a participação da cidade no evento:

“No dia da inauguração, 5 de julho de 1942, houve missa festiva e sermão vespertino Parece que o povo mostrou pouco interesse por este histórico acontecimento único da fundação de Goiânia. Lá na capital, repetiu-se a nossa cavalhada e Pirenópolis ocupou um lugar honroso na exposição de todos os municípios do Estado” (Livro de Tombo da Igreja Matriz: 1928-1955; 82)

João José afirmou que, na época, foi um dos que correu essa cavalhada em Goiânia. No período, já havia deixado de participar do ritual em Pirenópolis, mas, pela falta de responsáveis diretos, foi convidado para ajudar a realizar o evento.

“Acontece que veio Goiânia, pessoal foi atrás de mim. Como é que vamo levar a cavalhada em Goiânia? O prefeito naquela época era José Augusto Curado. Então vamo levar a cavalhada em Goiânia. .. Bom, aí reuni e eu falei, eu vou sim, mas tem que levar a banda de música, seis moças pra vestir cavaleiro, 24 pegador de lança, e tem que levar 24 cavalo, o tratador desses cavalo, fomo com a maior delegação que já teve. Então levamo a cavalhada em Goiânia. Mas não correimo três dias, correimo dois...” (Entrevista citada com João José)

Este depoimento nos faz perceber a existência de uma articulação política entre autoridades locais e regionais, em torno das Cavalhadas de Pirenópolis. João José, testemunha do evento, afirmou ainda que a Cavalhada de Pirenópolis fora a única do Estado inteiro a se apresentar na cerimônia e que haviam sido convidados pelo Jaime Câmara, empresário goiano no ramo das telecomunicações.

A apresentação da Cavalhada de Pirenópolis em Goiânia deixou um importante registro em um texto escrito pelo folclorista do Instituto Nacional do Folclore, Renato de Almeida, que assistiu à apresentação durante o batismo cultural. Sobre ela, abordou alguns aspectos que serviram de contraponto para sua análise da cavalhada no Brasil, em *Cavalhadas dramáticas*, sendo que alguns aspectos chamaram a atenção desse folclorista:

“A cavalhada de Goiânia não era de gente do povo, o que se podia ver, mesmo sem a informação do meio social dos figurantes, pela precisão e justeza dos movimentos dos cavaleiros elegantes e ágeis, revelando um requinte e um esmero que não se encontram nas apresentações de terreiro, com seu delicioso desajeito e suas formas rudimentares, sempre em formação, pois a fluidez as caracteriza.” (ALMEIDA, 1973, p.37-54)

Esta observação reforça a hipótese que já neste período a cavalhada representava positivamente a cultura de Pirenópolis, o que influenciou que em torno dela fossem construídos diversos elementos da identidade local. No entanto, esse processo teria diversos desdobramentos, e só a partir dos anos 60 é que a cavalhada se estruturaria como um evento recorrente e representativo da festa do Divino desta cidade. Isso se relacionou em grande medida com as transformações urbanas locais na segunda metade do século XX.

No plano nacional desde os anos de 1930 o Brasil passava por uma reconfiguração da cultura e da identidade nacional. Assim como as Cavalhadas de Pirenópolis, outras festas de cunho regional passavam a ser valorizadas por institutos e organizações culturais muito conhecidas por folclóricas. Em Goiás foi criado o Instituto Goiano do Folclore em 1964. O primeiro instrumento de divulgação deste trabalho foi uma revista trimestral, que se chamou *Folclórica*, fundada em 1972. De fato, a criação do Instituto Goiano, além de representar a participação de Goiás em um movimento nacional, demonstrava a institucionalização das manifestações populares por órgãos governamentais, refletindo a política da época, no que dizia respeito à cultura entendida como folclórica. Alguns autores, em anos anteriores, já haviam se preocupado com a temática das manifestações populares, como os vários viajantes que estiveram em Goiás, no século XIX, além de vários outros memorialistas, como Silva e Souza, Cunha Matos e Couto Magalhães. O início do século XX traz outros autores, como Henrique Silva, com algumas notícias na *Informação Goyana*, e Hugo de Carvalho Ramos, que com *Tropas e Boiadas* sintetizou diversos aspectos da cultura goiana. Outro representante do período é Americano do Brasil que, além de *Cancioneiro e Trovas no Brasil Central*, de 1922, publicará *Lendas e Encantamentos do Sertão*, em 1938. Em 1941, um professor paulistano,

José A. Teixeira publicará *Folclore Goiano*, contando, inclusive, com o patrocínio do governo do Estado.

A criação do Instituto Goiano do Folclore de fato só institucionalizou um movimento já existente. Regina Lacerda, escritora vilaboense, parece ter sido uma representante legítima deste movimento: além de inúmeros artigos, escreveu vários livros e representava Goiás nacionalmente nas questões do folclore. Em 1968, publicou na revista brasileira do folclore artigo sobre Goiás, *Traços da cultura portuguesa em Goiás*. Em 1977, elaborou um número da coleção do folclore brasileiro sobre Goiás, organizada pelo MEC e FUNARTE, o que outros Estados como Alagoas, Maranhão, Rio Grande do Norte e Piauí já haviam feito. No número que organizou, Lacerda faz opções bem ligadas à sua própria experiência nestas manifestações populares e, no caso das festas, já cita como as principais: a Romaria de Trindade, sobre a qual escreveu um livro; a procissão do Fogaréu em Vila Boa, sua cidade natal; e a Festa do Divino de Pirenópolis (onde possuía muitos contatos), sobre a qual faz algumas referências em um de seus livros. O espaço que coube a Pirenópolis neste processo não foi pequeno. O editor da revista folclórica que circulou ininterruptamente por 8 anos, de 1972 a 1979, era simplesmente o jornalista Braz de Pina, membro da importante família pirenopolina que esteve em toda sua trajetória envolvido com os festejos do Divino.

A festa do Divino, neste período, também foi grande inspiradora de inúmeros trabalhos. O antropólogo Carlos Rodrigues Brandão foi autor de dois deles, o primeiro, *Cavalhadas de Pirenópolis*, que lhe deu o prêmio *Americano do Brasil*, em 1973, publicado no ano seguinte; depois, o *Divino, o Santo e a Senhora*, publicado em 1979. É esse autor, apontado pela revista folclórica de 1979 “*como um dos que mais contribuem para a riqueza bibliográfica de Goiás no campo do folclore*” embora não fosse propriamente um folclorista, mas um antropólogo, não foi o único a escrever sobre a festa do Divino de Pirenópolis. Mara Públío de Souza Veiga Jardim e Niomar de Souza Pereira, em 1979, lançaram trabalho sobre a festa do Divino em Goiás e Pirenópolis. Niomar, em 1983, lançou o livro *Cavalhadas no Brasil*, com grandes referências à festa de Pirenópolis. Seu lançamento teve direito a ser noticiado no programa da festa daquele ano. Nos anos 80, outro livro sobre Pirenópolis era esperado e noticiado pela revista folclórica: o da arquiteta Grace Curado, *Pirenópolis*,

Uma Cidade para o Turismo, que, embora não tratasse especificamente da festa, como qualquer trabalho daquela época não deixou de mencionar algo sobre o festejo.

Em 1972, o setor de folclore do Museu Antropológico da Universidade Federal de Goiás organizou um projeto de pesquisa que visava uma divisão regional do folclore para fins de estudo e defesa no Estado de Goiás. A iniciativa parecia ser um pouco diferente daquelas dos folcloristas, sendo que as organizadoras fizeram um levantamento etnográfico, iconográfico e bibliográfico para articular o projeto. Dividiram o Estado em regiões e fizeram um levantamento dos principais aspectos do que consideravam folclore, como as festas, o artesanato, os folguedos populares, além do levantamento de material folclórico para coleta. Na verdade, essa proposta não se diferenciava muito daquela dos folcloristas: estava completamente ligada a eles, ao deixar bem claro que as manifestações culturais goianas eram vistas como algo que precisava ser coletado, conhecido, divulgado e preservado, para não correr o risco de desaparecer. Esse setor do folclore era incipiente: iniciara as suas atividades no ano anterior à organização do projeto, e a primeira coleta de material, documentada com gravações, fotografias e slides, fora feita durante a festa do Divino de Pirenópolis.

Internamente, o período entre os anos 40 e 60 foi um momento bastante elucidativo das transformações urbanas de Pirenópolis, em muitos aspectos: instalação de nova rede elétrica, construção de pontes, ampliação do perímetro urbano para além da área de ocupação colonial, com o surgimento de algumas vilas. Nos balancetes da Prefeitura foi possível verificar isto, a partir dos inúmeros gastos referentes a questões que indicavam uma nova configuração do espaço urbano, como a conservação de água e esgoto, de ruas e praças bem como seu alargamento, reforma de mercados e matadouros. A título de exemplo, no ano de 1966 a Prefeitura gastou no total Cr\$ 116.000,00 sendo que, deste valor, R\$ 35.702,00 foram com serviços urbanos e habitação e mais Cr\$ 31.580,00 com transportes e comunicação. (LIVRO DE LEIS, 1966)

O caso mais elucidativo, no que diz respeito à relação de transformações urbanas aliadas a transformações sociais envolvendo poder público, Igreja e festas, foi o do largo da Matriz, palco de várias mudanças nesse período. Desde o início da cidade, este largo foi a gênese do espaço urbano, o que era comum a todas as cidades construídas no

período colonial. Desde o início, fora o espaço de atuação e de poder da Igreja Católica, visto que ali estava a Matriz. Era neste largo que aconteciam quermesses, leilões e se montavam barraquinhas de festas religiosas. Ele também era palco de peças de teatro e das cavalhadas, por ocasião dos festejos do Divino, onde se marcava o lugar para a corrida dos cavalos e para a construção de camarotes para as principais famílias. O uso deste espaço permaneceu quase inalterado até os anos 60 do século XX, quando se iniciou uma disputa entre a Prefeitura e a Igreja pelo seu controle.

No ano de 1960, por ocasião de uma visita pastoral do arcebispo da época, D. Fernando Gomes dos Santos, a Pirenópolis, iniciou-se o estudo da possibilidade de construir a casa paroquial e um edifício para conjunto paroquial em terreno anexo à Matriz (LIVRO DE TOMBO, 1956-1982 fl 24). Nos anos seguintes, o padre da cidade, Frei Primo Carrara, relatava as dificuldades enfrentadas para iniciar as obras da casa paroquial. Como justificativa para a construção da obra, argumentava que aquele espaço era muito pouco aproveitado para a utilidade pública, a não ser para as apresentações da cavalhada que uma vez ou outra aconteciam naquele largo, por ocasião dos festejos do Divino. No entanto os problemas ainda estavam por vir.

“Um belo dia no começo do ano de 1962, vimos o início de uma construção no largo da matriz. Era o correio da cidade. Bela iniciativa sem dúvida, porém em um lugar que foi sempre considerado de propriedade da Igreja.” (LIVRO DE TOMBO, 1956-1980 fl 25)

O padre lamentou o acontecimento, pois, segundo ele, não houve nenhuma preocupação com os direitos da Igreja, e achou que deveriam ao menos ter procurado o Arcebispo para uma aprovação. O pior de tudo, enfatizou, é que projetavam aproveitar toda a praça da Matriz para construir a Prefeitura e o Fórum. Assim reclamava:

“Projeto louvável naturalmente, porém com o inconveniente de não ter em conta os direitos da Igreja o que os teria sem dúvida se pensarmos que a Igreja matriz já funcionava no ano de 1732 e a prefeitura viria somente 150 anos depois” (LIVRO DE TOMBO, 1956-1980 fl 25)

Na prefeitura da cidade pensava-se diferente, pois se considerava o largo da Matriz como um bem público e, sobre ele, algumas leis foram deliberadas desde o início dos anos 50. Em 1953, através da Lei no 105, foi autorizada a abertura de crédito especial no valor de Cr\$ 50.000,00 para o início da construção do Fórum, que funcionava em prédio cujo aluguel era pago pela Prefeitura. No mesmo ano, a Lei no 112 autorizou mais Cr\$ 100.000,00 para a sua construção. Para o ano de 1954 era previsto o gasto de mais Cr\$ 120.000,00 para a construção do prédio do Fórum e para 1956 mais Cr\$ 100.000,00. No entanto, só em 1959 se aprovou lei autorizando a doação de terreno no largo para a construção do prédio (LIVRO DE LEIS, 1959 fl 67). No ano de 1960, a lei no 180 autorizava o executivo a doar terreno para a união com o objetivo de construir o prédio dos Correios, no largo da Matriz (LIVRO DE LEIS, 1960 fl 72).

Segundo o padre Primo Carrara, a construção do prédio dos Correios deu lugar a muitas queixas, e por isso as obras ficaram paralisadas uns seis meses. Nesse período, foi procurado pelo Sr. Lindomar de Almeida, construtor do edifício, o qual perguntou se segundo a sua opinião, as obras deveriam seguir ou ser desmanchadas. O padre, numa atitude provocativa, respondeu:

“Disse para ele francamente que se a construção do correio não ia para a frente, não iniciaria as obras paroquiais programadas, quem sou eu para estragar a tradição da praça. Porém se as obras do correio iam para a frente, imediatamente daria início às obras paroquiais programadas e aprovadas pelo arcebispo.” (LIVRO DE TOMBO, 1956-1980 fl 25)

Apesar dos protestos, o correio foi construído. Toda essa polêmica demonstrava que neste momento três poderes se enfrentavam no cenário urbano de Pirenópolis: de um lado a Prefeitura, que considerava a praça como bem público municipal; de outro, a Igreja, que considerava aquele espaço como de sua propriedade; e de outro, o Movimento do Patrimônio Histórico Nacional, o qual defendia a permanência do traçado original do largo visto que a Igreja Matriz já era parte do Patrimônio Histórico Nacional desde 1949.

No ano de 1962, o prefeito da época, Luiz Abbadia de Pina, numa atitude demonstrativa do pertencimento do largo à municipalidade,

doou terreno à Igreja para a construção do conjunto paroquial (LIVRO DE LEIS, 1962). Anos depois, doou mais um terreno, dessa vez para a construção de prédio para puericultura², cujo funcionamento estava sob sua responsabilidade. (LIVRO DE LEIS, 1965)

Em setembro de 1962, a Igreja iniciou as obras paroquiais. Segundo o padre Carrara, como era de se esperar, houve muitos protestos e reclamações. Mas, como era tempo de eleições, aproveitou a ocasião pelo fato de acreditar que tais protestos e reclamações iriam cessar, já que os políticos temiam antipatia com a maioria do eleitorado, que era católica. (LIVRO DE TOMBO, 1956-1980 fl 25)

Nos anos seguintes, finalmente, as partes entraram em um acordo. O Prefeito, Luiz Abadia de Pina, concordou com a Igreja que metade da praça ficava com a Prefeitura e metade com a Igreja. O padre, parecendo não confiar muito no acordo, afirmou que tivera vontade de cercar o lugar que pertencia à Igreja, para que ficasse protegido, e não houvesse dúvidas. Como isso não foi possível, levantou as paredes do salão paroquial.

Ainda no ano de 1962, o padre convocou a comparecerem na casa paroquial antiga os principais homens da “boa” sociedade local: vereadores, comerciantes e fazendeiros, numa atitude que demonstrava o esforço para recuperar apoio e prestígio junto a eles. Nesta reunião compareceram pessoas como o Comendador Cristóvão de Oliveira, Josué Pereira da Veiga, Dr. Sebastião Pompeu de Pina, Sebastião Pompeu de Pina Sobrinho, Cristóvão Pireneus de Oliveira, João Basílio de Oliveira, entre muitos outros, num total de 32 homens. Na sua fala, explicou que o objetivo da reunião era pedir opinião sobre seus planos de melhoramentos para a paróquia, tais como a compra de algumas imagens e a construção de um conjunto paroquial no largo, constituído de escola, salão e casa paroquiais, para a realização de aulas de catecismo e também para funcionar como administração para o asilo e hospital São Vicente de Paulo. Assim, afirmou o seu desejo em iniciar as obras imediatamente porém, só contava, no momento, com CR\$ 300.000,00, produto das festas de Nossa Senhora do Rosário e de São Sebastião. Segundo o padre, todos manifestaram apoio à sua iniciativa, afirmando nunca terem sido contrários, em vista do sucesso do colégio N. Sra do Carmo, construído e dirigido por esta Igreja. No final, contou que recebeu como doação Cr\$ 10.950,00, depositados na mesa pelos presentes. (LIVRO DE TOMBO, 1956-1980 anexo fl 26)

Contudo, apenas no ano de 1967 é que finalmente ocorreu a mudança para a casa paroquial nova, sendo que na época o padre recém-chegado, Francisco de Assis, é que efetuou a venda da casa paroquial antiga para quitar gastos com a nova. (LIVRO DE TOMBO, 1956-1980 fl 38)

A partir desses exemplos, percebe-se a perda gradativa de poder que a Igreja Católica vinha sofrendo na sociedade pirenopolina. A perda da autonomia e propriedade da praça, antes ocupada pelos religiosos, era um sinal de que o seu poder, reforçado principalmente pelo processo de romanização, não possuía a mesma força já na década de 1960. Contudo, o poder da Igreja, sua força de atuação e influência na sociedade, não era algo que desapareceria completamente. As iniciativas de aliança e protestos perante às situações conflituosas, nas quais este poder estava inserido, eram um sinal claro de que continuava a existir e, mesmo com outras características, continuaria a lutar pelo seu espaço. Todas essas questões evidenciam o embate entre a elite local e a Igreja pela apropriação do espaço urbano

As cavalhadas foram representantes legítimas da relação que a cultural local teve com o processo analisado. Esse ritual que desde o século XIX acontecia esporadicamente na cidade por ocasião da festa do Divino e que a partir do final dos anos 40 passou a acontecer com mais frequência dado a uma maior organização em torno deste evento, teve uma interrupção no ano de 1958. Essa interrupção deveu-se à série de conflitos que se sucederam no Largo da Matriz, espaço onde eram tradicionalmente realizadas. Simbolicamente, a apresentação da cavalhada no largo representava que ela estava de certa forma sob o domínio da Igreja, embora os cavaleiros nem sempre estivessem ligados ao pároco. Quando deixou de acontecer, no final dos anos 50, só voltando a ressurgir quase uma década depois, novamente simbolizou a fragilização do poder da Igreja pela perda gradativa de espaço político na sociedade em questão. É interessante perceber que a cavalhada, após deixar de acontecer no largo, será amplamente fortalecida por um movimento local aliado ao turismo e ao folclore e a partir daí terá uma seqüência praticamente ininterrupta. Outra questão que emerge, nesse processo, é que o novo perfil urbano de Pirenópolis vai redefinir os espaços públicos, privados, sagrados e profanos. A cavalhada, nesse contexto de mudança, assumia um outro papel, que a transformava em manifestação turística e “folclórica”, tendo em vista que a cidade nesse momento já se organizava em torno desses aspectos.

Já nos anos 60, o turismo local começou a ser articulado. Em 1965, a Câmara Municipal autorizou o poder executivo a assinar convênio com a Secretaria de Indústria e Comércio do Estado para a construção de obras de turismo na cidade. Assim, aprovaram a Lei no 7/65, que autorizava, através de convênio, construir um hotel de turismo, um lago artificial e outras obras destinadas a incentivar o turismo neste município. (LIVRO DE LEIS, 1965)

Maria Alice Barbosa, em uma pesquisa sobre Pirenópolis, afirmou que desde a década de 60 Pirenópolis recebia visitantes da recém-fundada Brasília, principalmente estudantes universitários. Nesta época, porém, o acesso à cidade, por terra e em região montanhosa, era muito difícil. A procura anterior se dava quase que exclusivamente por ocasião das “Cavalhadas”, parte das comemorações da festa do Divino (BARBOSA, 1992, p.71)

O outro aspecto que reforça a idéia de um movimento turístico neste período é a Pensão Padre Rosa, que foi pioneira nesse sentido. De acordo com Barbosa, “muitas pessoas se deslocavam de Brasília e de Goiânia para ir comer nesta pensão, conhecida pela quantidade e variedade de carnes de caça e doces que serviam, colocando-os todos sobre a mesa, virando até uma “doença” comer na Pensão Padre Rosa”. (BARBOSA, 1992, p.72)

No ano de 1965, a Câmara Municipal travava discussões sobre a possível isenção de impostos para o proprietário dessa pensão, Jayme Juanito, o que se concretizou com a Lei no 9/65, com previsão para vigorar a partir do ano seguinte (LIVRO DE LEIS, 1965 fl 131). Essa iniciativa fazia parte de ações da prefeitura que estava preocupada em achar formas de aumentar as rendas municipais e atrair indústrias para o local. Demonstrando essas questões, no ano de 1966, a primeira lei aprovada concedia isenção de impostos de Indústria e Profissões às novas indústrias que se instalassem no Município, a partir de 1969 (LIVRO DE LEIS, 1966 fl 142). No ano de 1968 a Prefeitura, representada por Emmanoel Jaime Lopes, aprovou nova lei autorizando a construção de um hotel municipal de turismo bem como a abertura de crédito, no valor de Cr\$ 50.000,00, para o início das obras (LIVRO DE LEIS, 1968). Apenas anos depois, em 1971, é aprovada lei para a aquisição do terreno para a construção do hotel.

Especialmente a partir dos anos 70, percebemos que o investimento local concentrou-se na Festa do Divino e nas Cavalhadas,

uma vez que já neste período atraíam muitas pessoas para a cidade. Em 1971, através de uma lei, a prefeitura ficava autorizada a efetuar despesas com a parte “folclórica” na festa do Divino, lastreados por um crédito especial de Cr\$ 5.000,00. Esse crédito, no entanto, sairia da verba destinada aos serviços urbanos, à limpeza pública e à despesas de custeio de pessoal. (LIVRO DE LEIS, 1971). Nesse ano aprovou-se também crédito de Cr\$ 3.000,00 para pagamento de reportagem sobre Pirenópolis a ser publicada no guia turístico “Conheça Goiás”, e, nesse caso, o dinheiro também sairia da verba destinada aos serviços urbanos. Ainda neste ano, a Prefeitura, numa demonstração de preocupação com a memória histórica da cidade, parte do patrimônio local e atração para o turismo, aprova lei considerando a banda de música Phoenix³ como órgão de utilidade pública. Uma outra lei, aprovada também no ano de 1971, demonstrou o interesse local em promover a imagem cultural de Pirenópolis, então neste ano a Prefeitura autorizou a confecção de 1.500 postais coloridos com vistas da cidade.

As iniciativas em torno da divulgação e realização da festa do Divino tiveram continuidade nos anos seguintes. Em 1972, através de uma lei, foi aprovado crédito de Cr\$ 6.000,00 para ajudar a realização das Cavalhadas. (LIVRO DE LEIS, 1972 fl 69) Neste ano, mais Cr\$ 6.000,00 foram liberados para custeio da parte “folclórica” da festa do Divino Espírito Santo. No entanto, neste ano, a aprovação destas leis não foi consensual na Câmara Municipal. No dia 4 de maio daquele ano, durante uma sessão, o vereador José Martins de Arruda manifestou-se contrário à aprovação desta verba, dizendo que na cavalcada deveria correr só quem tivesse condições. Estava sozinho nessa proposta: imediatamente, outro vereador, Otto Trier, disse achar justa a verba para o fim de conservar as cavalhadas, por serem tradição da cidade, sendo que o projeto foi aprovado com cinco votos contra um. O próprio vereador José Arruda finalizou a sessão dizendo ter dado o seu voto contra representando as moças que não assistiam às cavalhadas. (ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL, 1971-1978 fl 22)

Na sessão da Câmara do dia 09 de maio o vereador Pompêo Cristóvam de Pina requereu verbalmente o envio de um ofício ao Prefeito com o pedido de limpeza do campo de futebol para receber as cavalhadas, uma vez que o requerimento já havia sido aprovado com unanimidade. O vereador José Martins de Arruda, quando entrou em segunda discussão

o projeto de lei no 12/72, argumentou ser desfavorável a ele, frisando que concordava que as cavalhadas eram tradicionais e faziam parte dos festejos do Divino, mas que a Prefeitura tinha compromissos primordiais com escolas que funcionavam desprovidas de prédios e com regiões sem condições de tráfego. Os vereadores Pompêo Cristóvam de Pina e Otto Trier saíram na defensiva do projeto, afinal aprovado por seis votos contra um, o do vereador José Martins de Arruda (ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL, 1971-1978 fl 25). No ano de 1973 novamente foi aprovado na Câmara projeto que autorizava a Prefeitura a subvencionar os festejos do Espírito Santo, através da lei 6/73. (LIVRO DE LEIS, 1973 fl 129)

Essas leis aprovadas nos fizeram refletir sobre dois aspectos importantes. Primeiro, demonstravam a preocupação do poder público municipal para com os festejos porque eles representavam um aspecto positivo da cidade e contribuía para o turismo local. Depois, estas medidas mostravam que as cavalhadas estavam deixando de ser uma apresentação com envolvimento local e passavam a ser um espetáculo para os que vinham de fora. Assim, seria necessário o investimento já que a imagem externa da cidade estava a cada dia mais imbricada com a cavalhada.

Nos anos 70 foi criada em Goiás a GOIASTUR, empresa de turismo estadual ligada à Embratur (Empresa Brasileira de Turismo) e ao Movimento Nacional do Patrimônio Histórico, influenciando muitos aspectos desse contexto no qual a cavalhada se inseria. Em 1973, um dos cavaleiros da cavalhada, que também era assessor jurídico da Goiastur, articulou uma mudança em torno da indumentária dos cavaleiros do ritual, antes composta por um fardamento de milícia que ao longo dos anos sofreu poucas modificações.

“Eu participei da primeira cavalhada em 1973. E levando-se em consideração a história, eu via que aqui em Pirenópolis as cavalhadas eles usavam as vestimentas que não tinham nada a ver com a tradição, ou com a história universal, porque os cristãos representavam as cruzadas, isso aí vem de Carlos Magno e os doze pares de França, e que as vestimentas deles tinham muito a ver, ou eram cópia fiel de soldados. Era colete e chapéu, boné, quepe de exército, resolvi mudar, depois de ampla discussão democrática, entre todos os cavaleiros..”
(Entrevista com Possidônio Guilherme Rabelo. 53 anos, Advogado, realizada em Pirenópolis em maio de 1998)

Este depoimento demonstra, em parte, a política da Goiastur: as festas deveriam se adequar ao turismo, contrariando um pouco a opinião dos folcloristas. Segundo o Sr. Possidônio, aquela mudança, fruto de uma pesquisa feita por ele próprio em livros de História, era uma forma de “melhorar o visual” das cavalhadas com o emprego de cores vivas, veludo, rendas, boá, pedrarias, fitas de cetim, entre outros.

“A cavalhada, ela esteve por acabar ... Precisava que agente trouxesse uma nova conscientização, depois de discutido aí eu mostrei o livro pra cada uma das pessoas.. de que maneira, nós fizéssemos a cavalhada mudar no seu vestuário e maneira de correr a cavalhada. Não mudamos a essência da cavalhada (as carreiras, as evoluções, as embaixadas) mudamos o visual porque nós não tínhamos nada a ver (um fardamento de milícia, de polícia.)” (Entrevista, citada, com Possidônio Guilherme Rebelo)

Essas mudanças aconteceram no ano de 1974, conforme atesta o depoente: naquele ano toda a indumentária da cavalhada foi financiada pelo governo do Estado, na época Irapuã da Costa Júnior, através da Goiastur.

“...ele deu tudo o que nós precisávamos: deu espora, arreio, bota, cabeçada, rédea, e inclusive as roupas e o pagamento das costureiras para a confecção....Pelo governo do Estado de Goiás através da Goiastur..” (Entrevista, citada, com Possidônio Guilherme Rebelo).

Percebe-se a criação de um marco na memória local a partir da década de 1970 com todas essas alterações que ocorreram nas cavalhadas. Todas as informações têm sido fornecidas considerando a cavalhada antes ou depois de 1970 e percebe-se também que os conceitos atribuídos às novas roupas, ao novo espaço de corrida bem como a todo o espetáculo que lentamente foi constituindo o momento de representação das cavalhadas são bastante positivos.

A criação da GOIASTUR não fez cessar o movimento local, que procurava dinamizar o turismo de Pirenópolis, através da festa do

Divino e das cavalhadas. Em 1976, o vereador João Aires da Silva requeria ao plenário o envio de um ofício ao chefe do executivo solicitando-lhe que mandasse iluminar as ruas da cidade e construir uma caixa em frente à Igreja Matriz, para levantamento de mastros, quando dos festejos do Divino Outra preocupação sua era zelar pelas ruas da cidade, que segundo ele, estavam abandonadas. Como a cidade receberia muitos visitantes, poderiam eles levar de volta uma impressão muito indigna da cidade. O projeto foi aprovado unanimemente. (ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL, 1971-1978 fl 102 e 103)

No ano de 1977, foram várias as medidas de organização da festa por parte do poder público municipal. No dia 4 de abril, o vereador Assuero Barbo de Siqueira, num ofício a ser enviado à Goiastur, requisitou o pagamento das costureiras das cavalhadas. No dia 6 o vereador Iélio Benedito Figueiredo exigiu o envio de um ofício ao Prefeito com o pedido de apoio aos cavaleiros da cavalhada, assim como de uma limpeza rápida onde os turistas se acomodavam, o que foi aprovado unanimemente. No dia 3 de maio daquele ano, outro vereador, Marciano Bueno Leite, requeria o envio de ofício solicitando a construção de sanitários públicos no campo das cavalhadas, sendo aprovado sem controvérsias.

Ainda neste ano de 1977, um vereador colocou em discussão um assunto demonstrando que a política da Goiastur tinha muitas fragilidades. Esse vereador, Assuero Siqueira, manifestava-se favorável à aprovação de convênio da Prefeitura com esta empresa de turismo, mas nunca à compra de ações dela. Outro parlamentar, Cristóvam José de Oliveira, manifestou ser contrário à compra de ações desta empresa, que se transformara em Sociedade de Economia Mista de capital autorizado em 1975. Na ocasião, disse que conhecia a Goiastur tanto por dentro como por fora, e que sobre presidente, conhecido seu, poderia dizer que era um homem indigno do cargo. Afirmava isso pela razão que se segue:

“O conhecido miquitório público situado abaixo da prefeitura gastou Cr\$ 40.000,00 e ele Ladislau apresentou a conta de Cr\$ 165.000,00. Que para implantar o turismo nesta cidade não haveria necessidade de compra de ações, sendo eu a favor do convênio com a GOIASTUR, não com as compras de ações..” (ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL, 1971-1978 fl 197 e 198)

No ano de 1978, a Câmara aprovou projeto enviado pelo executivo, autorizando-o a firmar convênio com a GOIASTUR. Na ocasião, fez uso da palavra o vereador João Coelho Araújo manifestando-se sobre essa empresa, disse que ela, mesmo estando em falência, ela continuava a dar apoio aos festejos do Divino Espírito Santo. O vereador Cristóvão de Oliveira manifestou-se contrário aos dizeres do vereador João, aí os debates se prolongaram levando a extremos. E, não ficando satisfeitos, calaram-se. (ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL, 1971-1978 fl 197 e 198)

A imprensa mantinha esse debate aceso. Em 1978, o jornal *Gazeta* traz reportagem com a seguinte manchete: “PIRENÓPOLIS, SEM CONDIÇÕES TURÍSTICAS”, e texto de chamada:

“Pirenópolis vem sendo divulgada, pela Goiastur, em âmbito nacional, como uma grande atração turística do Estado. Uma total irresponsabilidade, afirmam os entendidos no assunto. Irresponsabilidade? ...Perguntam os céticos. Claro, respondem os expertos, pois aquela cidade histórica, apesar da riqueza folclórica que possui, não dispõem de nenhuma estrutura para receber o fluxo turístico (nem o fluxo de alto nível, nem tampouco o fluxo do turismo doméstico)

Começa pela ausência de estradas. A velha estrada, estreita em demasia, sem asfalto e sem qualquer placa indicativa, envolvendo todo o mundo num banho de poeira vermelha e sufocante, o que desanima o mais fanático estudioso das manifestações populares ou o mais louco amante das viagens” (JORNAL GAZETA DE GOIÁS, 1978 p. 8)

A reportagem era provocativa do início até o fim, ressaltando todos os aspectos negativos da festa e da cidade. Um alvo da crítica também era a Goiastur, uma má referência para a instituição do turismo em Pirenópolis. O primeiro aspecto era que a cidade não possuía nem 200 leitos para hospedar pessoas. Naquele ano para hospedar diplomatas de Brasília e alguns elementos da imprensa, a Prefeitura afirmou que foi obrigada a alugar e improvisar o colégio como hospedaria. A crítica vinha sobretudo porque a empresa Goiastur havia projetado, para a cidade

de Goiás, um hotel de luxo que ainda não havia saído do papel. Outras críticas envolviam diretamente a aplicação de verbas da Goiastur:

“Naquela cidade o povo esclarecido comenta, a boca pequena, é claro e uma ar de deboche, que a Goiastur diz ter empregado ali na cidade 2 bilhões de cruzeiros. Todos riem e riem, como se contassem uma boa piada e perguntam num caro espontâneo:

-Empregou em quê? No som do campo das Cavalhadas. No feitio de cartazes cores? Ou em obras invisíveis?

Agora fizeram uma estrada –atalho, de 26 quilômetros de poeira nova solta que vai dar na rodovia Belém-Brasília. A estrada é boa, não resta dúvida. Mas porque não a asfaltaram? O turismo ali pode ser explorado em nível comercial- que dará lucros, garantem os observadores. Ademais, Pirenópolis tem representantes importantes no governo estadual.” (Jornal GAZETA DE GOIÁS, 1978 p. 8)

Esta reportagem sem dúvida nos apresenta os aspectos contraditórios dessa política. No entanto, no ano seguinte, em outro jornal divulga-se nota de apoio do governo à festa de Pirenópolis;

“A festa do Divino Espírito Santo de Pirenópolis contará com o apoio do governo Estadual... A Goiastur cuidará de solicitar policiamento para os cinco primeiros dias de junho- período de cavalcada- de montar um esquema de recepção aos turistas e visitantes e ainda montará a arquibancada no campo de apresentação dos cavaleiros, o esquema de apoio inclui a compra das balas de festim para os cavaleiros da cavalcada e também a manutenção dos sanitários públicos durante os principais dias da festa.” (Jornal O POPULAR, 29/04/79, p. 6)

A GOIASTUR, mesmo com dificuldades financeiras, como constantemente era anunciado na imprensa, procurou organizar algumas campanhas de turismo. Uma delas, articulada em 1979, tinha o seguinte slogan: ESTE ANO, CONHEÇA O BRASIL. MAS COMECE POR GOIÁS⁴. A proposta era uma parceria com a empresa Cardealtur; nas imagens selecionaram diversos aspectos turísticos de Goiás, como as

pedras de Paraúna, as águas termais de Caldas Novas, o rio Araguaia e também Pirenópolis, cujo ícone era um grupo de mascarados na festa do Divino pelas ruas da cidade.

Internamente, a questão turismo em Pirenópolis gerou muita polêmica, pois a cada ano a cidade recebia mais turistas durante os festejos do Divino e a ausência de uma infra-estrutura apropriada perdurava. A Igreja, em seus registros, documentava a sua insatisfação com o grande número de pessoas que aparecia na cidade, contribuindo para profanizar ainda mais os festejos do Divino e incluía aí outros responsáveis por essas questões. No ano de 1974, o padre afirmava que junto com as pessoas de fora vinha toda a bebida, o nudismo e a miséria, o que tornava até necessária a intervenção da polícia. No ano seguinte, voltou a criticar a presença de turistas na cidade. Depois de elogiar a parte religiosa da festa, declarou que antes desse fenômeno era tudo mais simples e mais dirigido para Deus e que nos dias atuais tudo voltava-se mais para o mundano, com divertimentos, bebidas, danças e mulheres. (LIVRO DE TOMBO, 1956-1980 fl 58 e 61)

Na Câmara municipal houve muitas manifestações de desagrado contra o turismo, tal como ele estava acontecendo. Como exemplo, em 1979, o vereador Cristóvam José de Oliveira, no uso da palavra, manifestou profunda insatisfação quanto à questão que, para ele, era por falta de autoridades para a aplicação de leis. No ano seguinte, por ocasião da festa do Divino, voltou a abordar o assunto. Declarou-se decepcionado com os homens e autoridades de Pirenópolis, que não tomavam providências contra a anarquia do povo que vinha para a cidade com o nome de turista e que abusava da sociedade. Por fim, apelou para a formação de uma corrente para combater esses “vândalos” (grifo da autora) (ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL, 1978-1983 fl 49 e 120).

No mesmo ano, 1980, durante os festejos do Divino, um grupo de mascarados levantou uma faixa preta dentro do campo da cavalhada com o texto: “ENTERRO DO TURISTA FAROFEIRO”. Uma foto da faixa foi publicada em um jornal como chamada para a matéria que retratava o movimento local contra as precárias condições da cidade para receber tantos turistas e contra as atitudes de muitos que iam até lá apenas para aproveitar, sem se preocuparem com a cidade. (Jornal DIÁRIO DA MANHÃ, 22/08/1981)

É preciso refletir em torno da seguinte questão: se a população local se insurgia contra esse turismo desenfreado e sem estrutura, existia um projeto político local e regional para incentivar esse mesmo turismo a partir da Festa do Divino e das Cavalhadas. As contradições e controvérsias foram diversas, o caminho estava traçado. A partir dele a política de patrimonialização da cidade se desdobrou, sendo que em 1988 a cidade foi tombada como Monumento Histórico Nacional, o que veio facilitar e favorecer o turismo local com algumas verbas e o início da recuperação dos diversos monumentos da cidade, vários anos depois. A cidade e a festa estavam nacionalmente consagradas como elementos presentes da cultura brasileira. A partir daí o turismo local teve um *boom*, que se estende até os dias atuais, e a cidade adquiriu uma grande estrutura, em relação ao tamanho dela, para receber pessoas do Brasil inteiro em feriados, férias e também na ocasião da festa do Divino e das Cavalhadas.

A cavalhada tornou-se um dos símbolos da festa do Divino em Pirenópolis. Ela demonstrou como as tradições podem ser modificadas e ao mesmo tempo continuarem dando sentido para o grupo envolvido, que faz adaptações, nas quais se conservam os velhos costumes em condições novas ou se usam velhos modelos para novos fins (HOBSBAWM, 1984).

Abstract

The Cavalhadas of Pirenópolis, an event of the Divine Holy Spirit suffered the consequences of the several urban transformations in the city from the forties of the XXth century. The whole process had been marked by social conflicts around the boundaries of physical and political spaces and printed in its own characteristics that turned it one of the main cultural manifestations of the place.

Key-words: Cavalhadas; Pirenópolis; Church; Urban Space; Tourism & Patrimony.

Notas

- 1 O processo de romanização foi constituído de um conjunto de medidas resultantes de uma maior aproximação da Igreja Católica brasileira com doutrinas mais ortodoxas de Roma. Esse processo, que se iniciou a partir da segunda metade do século XIX, teve desdobramentos diversos a partir do final do século XIX até as primeiras décadas do século XX e influenciou importantes redefinições para as manifestações do catolicismo popular.
- 2 Conjunto de ensinamentos e práticas médico-sociais que visam assegurar o perfeito desenvolvimento físico, mental e moral da criança.
- 3 Esta banda foi fundada no final do século XIX por músicos locais e até dias atuais acompanha as procissões e demais eventos da Festa do Divino Espírito Santo.
- 4 Folheto informativo: Cardealtur/Goiastur, ano de 1979.

Fontes:

Arquivo da Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário - Pirenópolis-Go

- Livro de Tombo da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário de Meia Ponte-1910-1928.
- Livro de Tombo da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário de Meia Ponte-1929-1955.
- Livro de Tombo da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário de Meia Ponte-1956-1980.

Arquivo da prefeitura de Pirenópolis.

- Livro de leis n. 01; 10/12/1947 a 24/11/1968.
- Livro de leis n. 02; 24/11/1968 a 07/07/1977.
- Livro de leis n. 03. 07/03/1977 a 10/02/1986.

Arquivo da Câmara Municipal de Pirenópolis

- Atas da Câmara Municipal- 1890-1990 (Livros Diversos)

Arquivo Histórico Estadual

- Periódicos. (caixa n. 13)
- Jornal Gazeta de Goiás. Goiânia, 20 a 27 de maio de 1978.
- Jornal O Popular. Goiânia, 29/04/79.
- Jornal Diário da Manhã. Goiânia, 22 de agosto de 1981.

Fontes Orais

- Entrevista com João José, aposentado, ex-cavaleiro da Cavallhada de Pirenópolis, 91 anos. Em Pirenópolis, junho de 1998.
- Entrevista com Venceslau, 81 anos, aposentado. Em Pirenópolis, 27/05/1999.
- Entrevista com Sebastião Dias Goulão, 77 anos, aposentado. Em Pirenópolis, 24/05/1999.
- Entrevista com Joãozico Lopes, aposentado. Em Pirenópolis, maio de 1998.
- Entrevista com Possidônio Guilherme Rabelo. 53 anos, Advogado. Em Pirenópolis, maio de 1998.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Jaime de. Todas as Festas, a festa? SWAIN, Tânia Navarro (Org) *História no plural*, Brasília, UNB. 1994.

ALMEIDA, Renato. Cavallhadas Dramáticas In: folclórica no 3, ano 2 1973, Goiânia, Instituto goiano do folclore, p. 37-54.

BAKHTIN, M. *A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento: O contexto de Rabelais*. São Paulo, Edunb, 1996.

BARBOSA, Maria Alice Cunha. *As Estratégias de preservação no núcleo histórico urbano de Pirenópolis*. Dissertação de Mestrado, Brasília, UNB, 1992.

BEOZZO, José Oscar. A Igreja na crise final do Império . In: *História da Igreja no Brasil. Tomo II/2. 2ª época XIX*. Petrópolis, Vozes, 1985, p. 255-306.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Cavalcadas de Pirenópolis*. Goiânia, Oriente, 1974

BRASIL, Americano do. Danças Populares, Antigas e Atuais dos Sertões Goianos In: *Cancioneiro de Trovas do Brasil Central*. (ed. Crítica de Basileu Toledo França) Goiânia, Oriente, 1973.

BURKE, Peter. *Cultura Popular na Idade Moderna*. São Paulo, Cia das Letras, 1989.

CANCLINI, Néstor Garcia. *Culturas Híbridas*. 2ª ed. Tradução de Heloísa Pezza Cintrão, Ana Regina Lessa, São Paulo, Edusp.1998.

CASCUDO, Luís da Câmara. *Dicionário do Folclore Brasileiro*, Rio de Janeiro, INL-MEC, 1962.

CAVALCANTI, Maria Laura V de Castros & VILHENA, Luís Rodolfo da Paixão. Traçando Fronteiras: Florestan Fernandes e a marginalização do folclore. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol 3, no 5 1990 p. 75-92.

DEBRET, Jean Baptiste, 1768-1848 . *Viagem Pitoresca e histórica ao Brasil*. Tomo II volume III. São Paulo, Martins/Edusp, 1972.

GARCIA, Marcolina Martins & BREDA Judite Ivanir. *Divisão Regional para o estudo e defesa do folclore no Estado de Goiás*. Goiânia, Cegraf, 1972.

GIDDENS, Anthony. A vida em uma sociedade pós-tradicional. In: *Modernização Reflexiva. Política, Tradição e Estética na Ordem Social Moderna*. BECK, Ulrich et al. Tradução de Magda Lopes. São Paulo, UNESP, 1994.

GOMES, Angela de Castro. A “Cultura Histórica” do Estado Novo. Mesa Redonda: Cidadania e projetos culturais: historiadores e folcloristas no Brasil (XIX Simpósio nacional da ANPUH, Belo Horizonte, 1997. In: *Projeto História*, São Paulo, no 16, fev/98, p.121-141.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória coletiva*. São Paulo, Vértice, 1990.

HEERS, Jacques. *Festas de Loucos e Carnavais*. Lisboa, D. Quixote, 1987.

- JAYME, Jarbas. *Esboço Histórico de Pirenópolis*. (vol n.1 e n.2). Goiânia, Imprensa da Universidade Federal de Goiás, 1971.
- LACERDA, Regina. *Papa Ceia. Notícias do Folclore Goiano* Goiânia, Oriente. 1968.
- _____. *Folclore Brasileiro-Goiás*. São Paulo, MEC, 1977.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas, São Paulo, Ed. da UNICAMP, 1996.
- LOYN, H. R. *Dicionário da Idade Média*. Rio de Janeiro, Zahar, 1990.
- MAGNANI, José Guilherme Cantor. *Festa no Pedaco. Cultura Popular e Lazer na Cidade*. 2ª ed. São Paulo, Hucitec/Unesp, 1998.
- MONTENEGRO, Antônio Torres. *História Oral e Memória*. São Paulo, Contexto, 1992.
- MORAES, Mello Filho. *Festas e Tradições populares no Brasil*. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia; São Paulo, Edusp, 1979.
- PEREIRA, Niomar. *Cavalcadas no Brasil*. São Paulo, Escola de Folclore, 1983.
- POHL, J. Emmanuel. *Viagem ao Interior do Brasil*. São Paulo, EDUSP, 1975.
- SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem às Nascentes do Rio São Francisco e pela Província de Goyaz*. São Paulo, USP, 1975.
- SCHWARCZ, *As Barbas do Imperador*. São Paulo, Cia das Letras, 1998.
- SOUZA, José Moreira de. *Cidade: Momentos e processos. Serro & Diamantina na formação do norte mineiro no século XIX*, São Paulo, ANPOCS/Marco Zero, 1993.
- SPHAN/PRÓ-MEMÓRIA,. *Proteção e Revitalização do Patrimônio Cultural no Brasil; Uma trajetória*. MEC/Brasília: 1980 .
- SPIX e MARTIUS. *Viagem pelo Brasil. 1817-1820*, São Paulo, Melhoramentos, 1969, Vol II.